

É possível estarmos conscientes da atividade originária da consciência?

Uma análise da dedução transcendental a partir de Kemp Smith

Are we capable of being conscious of the initial activity of consciousness?

An analysis of transcendental deduction based on Kemp Smith

Rômulo Martins Pereira

Doutorando em Filosofia

PPGF-UFRJ e Universidade de Coimbra

Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Brasil

mp.romulo@gmail.com

Resumo: No presente trabalho, nos concentraremos na tese da dedução transcendental (A) e buscaremos analisar a questão acerca da atividade sintética originária da consciência: é possível estarmos conscientes dessa atividade transcendental? Para isso, exporemos o motivo de termos privilegiado a dedução (A), a partir da interpretação de Kemp Smith; investigaremos como surge, na modernidade, o problema acerca da constituição da consciência; e, por fim, analisaremos como esse problema é posto, especificamente, na dedução subjetiva, relativamente à tese principal estabelecida por Kant na dedução como um todo. É na dedução subjetiva que surge a questão acerca da constituição transcendental da unidade da consciência – unidade sintética essa que está contida nas formas puras da sensibilidade e nos conceitos puros do entendimento. Afinal, podemos descrever os processos que constituem a síntese transcendental do mesmo modo como podemos descrever os processos sintéticos empíricos? Por fim, argumentaremos que, embora essa questão se enquadre no projeto crítico enquanto tal, ela não pode ser analisada com os elementos teóricos que estão dispostos no mesmo.

Palavras-chave: Síntese transcendental. Dedução. Kant. Consciência.

Abstract: *The present work will focus on the thesis of transcendental deduction (A) and will examine the question of the original synthetic activity of consciousness: are we capable of being conscious of this transcendental activity? To this end we shall set out the reason for privileging deduction A, on the basis of Kemp Smith's interpretation; we shall investigate how the problem concerning the constitution of consciousness arises in Modernity; and, finally, we will analyze how this problem is specifically addressed in*

subjective deduction, relative to the central thesis established by Kant in deduction as a whole. It is in the subjective deduction that the question concerning the transcendental constitution of the unity of consciousness arises – a synthetic unity that is contained within the pure forms of sensibility and in the pure concepts of understanding. After all, can we describe the processes that constitute transcendental synthesis in the same way that we can describe empirical synthetic processes? Finally, we argue that, although this matter falls within the critical project as such, it cannot be analyzed with the theoretical elements that it comprises.

Keywords: *Transcendental synthesis. Deduction. Kant. Consciousness.*

1 A proeminência da dedução (A)

Em seu “Prefácio da primeira edição (1781)” da *Crítica da Razão Pura*, Kant sublinha a importância que a “Dedução Transcendental” ocupa em seu sistema crítico. Sobre tudo, a dedução representa, em toda a *Crítica*, o ápice do desenvolvimento de seu pensamento teórico, que se iniciou um ano antes da apresentação de sua *Dissertação Inaugural*,¹ em 1770.² A dedução representa o cerne de toda a “Analítica Transcendental” e, por isso, é considerada, por grande parte dos intérpretes, como o texto mais importante e complexo dentre todos os trabalhos e obras escritos pelo filósofo. Nela, Kant investiga a natureza e a origem de nosso entendimento puro, mostrando como os nossos conceitos puros podem possuir validade objetiva, ou seja, como eles, apesar de residirem no entendimento puro (na nossa constituição subjetiva), podem se relacionar *a priori* com os objetos de experiência. Em outros termos, ela contém o conjunto de investigações kantianas mais profundo acerca da constituição de nossa consciência, isto é, de como nos tornamos conscientes, mediante nossas capacidades cognitivas, dos objetos e de nossos estados representativos internos. Ao fim, Kant buscará alcançar a conclusão que, já desde o início da dedução (§ 14), ele antecipa, a saber, que “[...] esses conceitos têm de ser reconhecidos como condições *a priori* da possibilidade da experiência (quer seja da intuição que nela se encontra, quer do pensamento)” (CRP, A 94/ B 126).

Como não consideramos que haja uma estrita correspondência entre as argumentações das duas edições da dedução, aproximamo-nos, nesse presente trabalho, das interpretações que, em contrapartida, privilegiam a dedução (A) – nesse sentido, enfatizamos, sobretudo, a interpretação de Kemp Smith, tendo em vista que ele foi o pioneiro, em língua inglesa, em apresentar a interpretação de que as ambiguidades encontradas entre as doutrinas expostas na dedução (A) podem representar, na verdade, vestígios do percurso teórico que Kant trilhou de forma a resolver a questão da validade objetiva das categorias e, consequentemente, do

- 1 “Forma e princípios do mundo sensível e do mundo inteligível”. In: KANT, Immanuel. *Escritos pré-críticos*. Trad. Jair Barboza et al. São Paulo: UNESP, 2005.
- 2 Kant certamente teve um percurso filosófico antes de 1769, contudo, é a partir dessa data que ele começa a formular as teses que irão compor a sua *Dissertação Inaugural*, a qual representa o início do percurso de seu pensamento maduro (em outros termos, são das teses formuladas na *Dissertação* que se originarão todos os questionamentos teóricos que culminarão na “Dedução Transcendental”).

modo como se constitui a nossa consciência. Com isso, Kemp Smith inaugura uma tendência interpretativa que é seguida por um importante grupo de intérpretes, dentre os quais destacamos Wolff e Guyer, a saber, a tendência de buscar explicitar porque a argumentação kantiana na dedução (A) parece ser tão obscura e, muitas vezes, ambígua, tendo como pressuposto não que isso representa uma dificuldade irremediável no interior da mesma, mas, antes, que aponta diretamente para as distintas linhas argumentativas, que foram nela concomitante e separadamente desenvolvidas.

Como enfatiza Wolff, a eliminação da dedução subjetiva da dedução (B) não só não descarta os seus pressupostos (os quais, afinal, continuam inteiramente presentes), mas mesmo torna mais difícil o esclarecimento do significado do termo “síntese”, o qual é fundamental para a compreensão das mais difíceis partes da argumentação da dedução. Enfatizamos aqui a importância da dedução subjetiva contida na primeira versão da dedução transcendental, porque é tão somente ali que Kant buscará descrever como se dá, no tempo, esse ato de síntese. Por isso, em acordo com as interpretações de Kemp Smith, Wolff e Guyer, consideramos que a atitude de Kant de eliminá-la acaba não só não solucionando o problema, como, de nenhum modo, elimina a questão acerca da constituição originária da consciência que ela, no fim das contas, levanta.

2 A questão acerca da constituição da consciência

Em certo sentido, podemos dizer que Kant foi o primeiro filósofo da modernidade a postular, propriamente, a questão acerca da natureza da consciência. Não obstante o fato de Descartes ter discursado, constantemente, a respeito da consciência, sobretudo, o modo como ele busca resolver, em suas *Meditações*, a sua questão primordial – de como os corpos materiais podem ser conhecidos por uma mente imaterial – pode nos indicar que o seu principal interesse consiste em compreender, em última instância, o caráter das existências que a consciência revela e não a natureza dessa própria consciência. Nas *Meditações*, a dúvida hiperbólica concebida por Descartes acerca do conhecimento de todas as coisas materiais que se apresentam aos nossos sentidos, sobretudo relativamente à sua existência, tem por objetivo último estabelecer como podemos ter um conhecimento inteiramente certo e verdadeiro, sem o qual nenhuma ciência poderia avançar seguramente.

Nesse sentido, a certeza cartesiana acerca da existência do eu parte do fato indubitável de que ele está de posse dos seus pensamentos (ao contrário das coisas materiais, cuja existência não pode ser asserida imediatamente pelo pensamento). Uma vez que as ideias são intrinsecamente representacionais (nos termos cartesianos, possuem realidade objetiva), é manifesto, pela luz natural, que algo deve causar essas ideias em nós – isto é, a mesma realidade objetiva dessas ideias deve estar contida formalmente em suas causas, portanto, de um modo independente das mesmas. Como as ideias das coisas corpóreas não contêm, objetivamente, nada de extraordinário que não possamos imaginar como tendo sido originado de nós mesmos (embora, formalmente, pareçam requerer causas externas à nossa consciência), resta ao filósofo analisar aquelas ideias que parecem conter uma realidade objetiva e formal a mais, além daquela contida em nós mesmos – como a ideia de Deus, isto é, de uma substância infinita, independente e onipresente. Como a ideia de Deus não parece ser provida a partir da essência de nosso pensamento, dado que supomos

que a sua essência seja infinita e onipresente, Descartes argumenta que uma prova acerca de sua existência pode nos garantir a possibilidade de que alcancemos um conhecimento verdadeiro. Por fim, o filósofo conclui que apenas a extensão pode nos fornecer um conhecimento certo e verdadeiro acerca das coisas materiais, porque só ela é concebida unicamente pelo espírito, sem a necessidade da sensibilidade ou da imaginação. Nesse sentido, como nos indicia o próprio ponto de partida do filósofo, consideramos que a questão primordial de Descartes nas *Meditações* consiste em estabelecer como os corpos materiais podem ser conhecidos, verdadeiramente, por uma mente imaterial.

Em suma, sua resolução é expressa em sua doutrina da percepção representativa, a qual afirma que os corpos materiais geram, em nós, imagens duplicadas de si mesmos, mediante a sua ação sobre o nosso cérebro e os nossos órgãos sensíveis. Essas imagens são, por natureza, mentais e, enquanto tais, são apreendidas necessária e imediatamente pela mente e apenas nela existem (isto é, não existem no espaço extenso). Como bem argumenta Kemp Smith, por um lado, parece que Descartes pressupõe um eu individual que esteja por detrás de todos os estados mentais, observando-os e apreendendo-os como se fosse um observador – consequentemente, *consciência* seria visto como o poder que esse eu possui de contemplar a si mesmo e as suas ideias (isto é, os seus modos de pensar ou atos de consciência). Por outro, Descartes também se compromete com a visão de que a consciência é um meio diáfano análogo à luz: assim como, popularmente, a luz é tida como reveladora dos objetos sob os quais incide, também a consciência é tomada como reveladora dos nossos estados internos. Em outras palavras, mediante a introspecção, tem-se uma via de acesso ao que não é dado à sensibilidade.

Sobretudo, mesmo que se assuma o caráter mental dos objetos que se nos apresentam, o problema tal como Kant o coloca ainda permanece: como os objetos são apreendidos, reproduzidos e reconhecidos enquanto tais pela consciência? De modo geral, como se constitui toda e qualquer forma de consciência, simplesmente a partir de um diverso dado sob a forma espaço-temporal de nossa sensibilidade? Em termos mais contemporâneos, como sugere Kemp Smith, Kant está comprometido com uma visão de que a consciência, em todos os casos, é consciência de significado, ou seja, de que ela envolve a apreensão de conteúdo (dado segundo a forma espaço-temporal de nossa sensibilidade). Dessa maneira, sob o ponto de vista kantiano, a visão diáfana de consciência (isto é, aquela que considera a consciência como um meio mediante o qual, introspectivamente, o eu conhece a si mesmo e, por consequência, asse a sua existência) não se sustenta. Sobretudo, tal visão está fundamentada sobre a pressuposição de que a consciência consiste em um saber primeiro, imediato e inquestionável, o que, supostamente, dispensaria uma análise mais aprofundada a respeito de sua natureza e do modo como ela se constitui.

Como Kant argumenta, a nossa existência é determinada por conceitos puros do entendimento da mesma maneira como a existência de qualquer objeto que nos é dado segundo a forma espaço-temporal. Em outros termos, não conhecemos a nossa existência de um modo imediato, em si mesma (sem a necessidade de um juízo), mas apenas mediatamente segundo as formas *a priori* que impomos a qualquer outro conteúdo de nosso conhecimento. Dessa maneira, apenas conhecemos a nós mesmos na medida em que nos tomamos como objetos, isto é, na medida em que consideramos os nossos estados internos dados temporalmente a

partir de conceitos. Aliás, como Kant busca estabelecer na dedução transcendental, em sua parte objetiva, mesmo a unidade última e originária do entendimento, a saber, a unidade transcendental da apercepção (que, cabe sublinhar, não é um conhecimento no sentido lato do termo, mas um pressuposto lógico de nosso ato de síntese), apenas pode se apresentar enquanto tal à consciência na medida em que já se tem uma unidade sintética do diverso da intuição (isto é, uma unidade que configura todo e qualquer objeto da consciência). O pressuposto em questão é o seguinte: apenas se pode ter uma unidade da consciência na síntese do diverso da intuição (unidade essa que configura o objeto de conhecimento) na medida em que se pressupõe um princípio transcendental que possibilite *a priori* essa unidade.

Desse modo, ao contrário de Descartes, Kant sublinha, desde o início de sua investigação na *Crítica*, a importância da sensibilidade (relativamente ao material ou conteúdo que ela fornece, a saber, o diverso das intuições) para a constituição de todo conhecimento propriamente verdadeiro. A lógica transcendental, na medida em que se ocupa com os conceitos e os princípios puros originados no entendimento, é apenas uma condição negativa para o estabelecimento do caráter verdadeiro de um conhecimento. Se um conhecimento contradiz a lógica transcendental, ele perde, consequentemente, toda a relação a um objeto ou conteúdo objetivo. Mas Kant sublinha que o uso material desses elementos puros apenas possui legitimidade em relação ao material fornecido pela sensibilidade, caso contrário, afirmar-se-ia acerca de objetos que não nos são dados na experiência sensível e, com isso, incorrer-se-ia em uma aparência dialética. Desde o início de sua investigação na *Crítica*, Kant deixa claro que empreender uma análise completa da consciência é fundamental como base para toda e qualquer discussão filosófica a respeito dos problemas da percepção sensível e também dos problemas envolvidos no juízo. Sobretudo, o filósofo nega a existência de qualquer modo de consciência que possa ser descrito como imediato ou não discursivo: “[...] é a síntese que, na verdade, reúne os elementos para os conhecimentos e os une num determinado *conteúdo*; [...] reportar essa síntese a *conceitos* é uma função que compete ao entendimento [...]” (CRP, A 77-78/ B 103, grifos nossos). Para que possamos ter consciência do diverso dado na sensibilidade, esse deve ser sintetizado. Como Kant argumenta na dedução transcendental, essa síntese deve ser guiada por conceitos puros para que a unidade transcendental da consciência seja possível: “[...] esses conceitos têm de ser reconhecidos como condições *a priori* da possibilidade da experiência (*quer seja da intuição que nela se encontra, quer do pensamento*)” (CRP, A 94/ B 126). Com efeito, apesar de haver, em toda forma de consciência, um elemento imediato (a saber, o diverso da intuição de nossa sensibilidade), só nos tornamos conscientes dele na medida em que ele já está condicionado às formas puras que o pensamento *a priori* lhe impõe.

3 A distinção entre dedução subjetiva e objetiva

Atentemos agora para a importante distinção, delineada pelo próprio Kant em seu “Prefácio da primeira edição”, entre os dois lados da “Dedução Transcendental”, a saber, o objetivo e o subjetivo. Enquanto a investigação contida na dedução subjetiva tem, necessariamente, um caráter psicológico, tendo em vista que procura

determinar os processos sintéticos originários ou generativos que tornam possível, em específico, a própria constituição das nossas noções puras (isto é, as formas puras da sensibilidade e os conceitos puros do entendimento), por outro lado, a dedução objetiva, por se ocupar apenas com questões relacionadas à validade objetiva dos conceitos puros, tem um caráter predominantemente lógico. Como a questão principal que perpassa toda a *Crítica* consiste, justamente, na investigação a respeito da maneira como seria possível a relação dos conceitos puros aos objetos, aparentemente, não é difícil visualizar porque Kant não considera o lado subjetivo como uma parte essencial do argumento da dedução tomada como um todo. Inclusive, por esse motivo, o filósofo a teria omitido ao reescrever a dedução para a segunda edição.

Entrementes, o que a interpretação de Kemp Smith nos faz considerar é justamente a importância que a dedução subjetiva ocupa no projeto da filosofia crítica. Na medida em que ela lida não com uma psicologia empírica, preocupada em investigar o desenvolvimento de nossa experiência no tempo, mas sim com uma psicologia que poderia ser denominada de “transcendental”, uma vez que sua questão fundamental consiste em investigar as condições subjetivas transcendentais necessárias para que se constitua todo e qualquer elemento puro da consciência, e que, portanto, em relação ao seu método e ao seu objetivo, não se distinguiria de uma investigação propriamente crítica, não consideramos que ela não diga respeito, diretamente, ao problema da *Crítica* enquanto tal. Em última instância, todos os elementos puros que constituem nossa consciência apenas podem ser postulados em relação a algo admitidamente dado, a saber, à experiência, e, nesse sentido, necessariamente de maneira hipotética – procura-se as causas necessárias para que se possa explicar tal dado factual (ou seja, causas que explicitem como a experiência é possível), mas não se pode apresentar uma prova independente dessas mesmas causas. Dessa maneira, se mesmo o estabelecimento dos fatores lógicos puros apenas pode ser feito hipoteticamente, não haveria razão para Kant não aceitar esse mesmo estabelecimento hipotético em relação aos processos sintéticos transcendentais que, supostamente, originam esses conceitos puros.

4 A tese da dedução acerca da constituição da consciência

Ao longo da dedução transcendental, Kant busca provar a validade objetiva das categorias mediante a argumentação de que somente sob o pressuposto da efetividade de sua determinação em relação ao diverso dos fenômenos (dado segundo a forma de nossa sensibilidade) é, de todo modo, possível a unidade sintética desse diverso e, por consequência, a unidade da apercepção transcendental, a qual é correlata da unidade sintética e completa de toda a nossa experiência. Se a unidade que constitui o conceito de um objeto do conhecimento nada mais é do que a unidade formal da consciência na síntese do diverso dos fenômenos, então, para que essa unidade da consciência seja possível, temos que poder nos conscientizar dela, na medida em que conhecemos esse diverso, mediante o vislumbre da identidade de nosso próprio ato de síntese, pelo qual ligamos esse diverso sinteticamente e o submetemos a ela. Todos os fenômenos devem ser apreendidos em conformidade com as funções gerais de síntese, isto é, com as categorias, porque só assim é possível, por um lado, o seu encadeamento e a sua reprodução de uma maneira necessária e conforme a leis, e, por outro, a unidade da apercepção e, consequentemente, a consciência

a priori dessa identidade. Portanto, a efetividade da determinação do diverso dos fenômenos mediante as categorias, por ser uma condição da apercepção, é uma condição de todo e qualquer tipo de consciência.

Uma vez tendo introduzido o princípio transcendental da apercepção, Kant sublinha as suas diferenças em relação à mera autoconsciência empírica. Ora, não podemos nos conhecer tal como somos em nós mesmos, isto é, independentemente da condição temporal de nossa sensibilidade, mas apenas como nos aparecemos empiricamente, mediante a determinação conceitual de nossas próprias percepções internas, porque, sobretudo, para que nos conheçamos, devemos nos considerar como objetos de conhecimento. Consequentemente, nossos estados internos apreendidos no tempo, para que constituam propriamente um conhecimento, deverão ser determinados objetivamente do mesmo modo que as representações apreendidas no espaço. Dessa maneira, não há nada em mim que possa me assegurar um puro autoconhecimento (independentemente das condições sensíveis). Com efeito, a apercepção transcendental representa tão somente uma identidade (“eu sou eu”), não carregando nenhum conteúdo relativamente ao qual a consciência (pura) possa se determinar e se conhecer tal como é, incondicionalmente.

Só podemos nos tornar conscientes de nossa própria identidade na medida em que, conjuntamente, nos tornamos conscientes da necessária unidade de síntese que configura, necessariamente, todo o diverso de nosso conhecimento. Por sua vez, tal unidade só é possível mediante regras conceituais – mediante regras que possibilitem que a reprodução e a reconhecimento dos elementos diversos sucessivamente apreendidos ocorram em conformidade à unidade da consciência. Em outros termos, para o reconhecimento do princípio transcendental da apercepção, é necessário pressupor a efetividade do conhecimento de objetos – apenas mediante a consciência de uma unidade sintética do diverso dos fenômenos é possível o reconhecimento de nossa própria identidade. Tal é o cerne da argumentação presente na dedução: reconhecemos nossa identidade na medida em que a pressupomos como uma condição necessária do conhecimento de objetos. Não há nenhuma representação na consciência que não seja capaz de se relacionar à apercepção e mutuamente umas às outras, porque só assim nos é possível a unidade da apercepção e, por consequência, o seu reconhecimento. É por esse motivo que Kant busca provar a validade objetiva das categorias relativamente à indispensabilidade do princípio da apercepção.

A síntese dos fenômenos deve ser praticada em conformidade às categorias, porque só assim é possível que eles se encadeiem, necessariamente, segundo leis, prefigurando uma unidade completa e sintética, a qual é o correlato da unidade da apercepção. Se os fenômenos não fossem apreendidos conforme às categorias, eles não estariam aptos a se relacionarem uns com os outros segundo regras e, por isso, nós não poderíamos reconhecer, mediante o conhecimento de objetos, nossa identidade (isto é, a identidade do ato de juntar essas representações de uma maneira necessária segundo regras). Consequentemente, para que reconheçamos (como um pressuposto) o princípio da apercepção através do conhecimento de objetos, tal princípio já deve ser, de todo modo, possibilitado. E isso só se contempla na medida em que se assume a validade objetiva das categorias – na medida em que se assume que o próprio diverso de todas as representações possíveis deve ser apreendido em conformidade com as categorias para que se configure a unidade que é necessária a toda experiência possível (ou a toda consciência unitária).

5 A atividade sintética transcendental originária

Vejam os como que Kant traça a correspondência entre a síntese empírica da apreensão e a sua síntese transcendental:

Ora, para que deste diverso surja a unidade da intuição [...] é necessário, primeiramente, percorrer esses elementos diversos e depois compreendê-los num todo. Operação a que chamo *síntese da apreensão*, porque está diretamente orientada para a intuição, que, sem dúvida, fornece um diverso. [...] *Esta síntese da apreensão deve também ser praticada a priori, isto é, relativamente às representações que não são empíricas. Pois sem ela não poderíamos ter a priori nem as representações do espaço, nem as do tempo*, porque estas apenas podem ser produzidas pela síntese do diverso que a sensibilidade fornece na sua receptividade originária (CRP, A 99-100, grifos nossos).

Notemos que Kant não fornece nenhum argumento para essa correspondência. Ora, se a síntese transcendental da apreensão é uma síntese do diverso que a sensibilidade fornece na sua receptividade *originária*, dando, por isso, origem à nossa intuição pura do tempo, como ela pode ser descrita como a síntese empírica da apreensão ocorrendo no tempo? Esse é o ponto da questão que, primariamente, a interpretação de Kemp Smith levanta acerca da tese da dedução subjetiva: se para a constituição de toda e qualquer forma de consciência, os processos sintéticos transcendentais, descritos na dedução subjetiva, já devem ter sido exercidos, conseqüentemente, apenas mediante o produto sintético final que eles originam (a saber, mediante a unidade das intuições puras de tempo e espaço e a unidade dos conceitos puros) é possível que tenhamos consciência dos mesmos. Conseqüentemente, não é possível estarmos diretamente conscientes de sua atividade originária constitutiva. Com isso, para determiná-los, Kant necessita lançar mão de uma argumentação regressiva, partindo do condicionado (no caso, do produto sintético) à sua causa (aos processos sintéticos generativos). Só que, desse modo, ele não pode determiná-los de uma maneira estritamente necessária, tendo em vista que, mediante esse tipo de argumentação, não é possível apresentar uma razão suficiente a respeito do porquê isso se dá exatamente dessa maneira e não de outra.

Vejam os uma passagem da dedução metafísica, na qual Kant parece, de algum modo, reconhecer essa conseqüência: “A síntese em geral é [...] um simples efeito da imaginação, função cega, embora imprescindível, da alma, sem a qual nunca teríamos conhecimento algum, mas da qual raramente temos consciência” (CRP, A 78/ B 103). Embora essa passagem possa sugerir isso (“função cega da alma”), nela é patente também a relutância do filósofo em admitir que, estritamente, não é possível ao nosso entendimento ter consciência dessa atividade sintética generativa. Segundo Kemp Smith, essa relutância pode ser tida como a causa de Kant considerar necessário a introdução de uma terceira faculdade, intermediária entre o entendimento e a sensibilidade, a saber, a da imaginação produtiva. Supostamente, de forma a poder continuar a se referir ao entendimento como a faculdade que é capaz de trazer à consciência os elementos puros que condicionam a experiência, Kant introduz,

em sua argumentação, a faculdade da imaginação produtiva, atribuindo a ela a capacidade de exercer as atividades sintéticas originárias transcendentais que, ao que nos parece, devem ser tidas como não conscientes (ou como estando fora do domínio da consciência). Portanto, a função da imaginação não se resume apenas à reprodução sintética empírica do diverso dos fenômenos. Principalmente, ela também é capaz de exercer uma atividade transcendental.

Apesar de Kant não se posicionar diretamente a respeito dessa questão, a saber, se os processos sintéticos generativos devidos à imaginação produtiva devem ou não ser tidos por pré-conscientes, concordamos com as interpretações de Kemp Smith e Wolff de que essa inferência pode ser traçada a partir das conclusões alcançadas mediante a dedução objetiva. Tal interpretação de que os processos sintéticos generativos inerentes à imaginação transcendental devem ser tidos por pré-conscientes foi duramente criticada por Paton, segundo o qual as passagens às quais Kemp Smith faz alusão (e, posteriormente, como já referimos, também Wolff) não encaminhariam à conclusão de que a síntese transcendental da imaginação deve ser tida por pré-consciente. Certamente concordamos com a sua crítica: essas passagens não permitem, estritamente, essa conclusão. Não obstante, o que Paton parece ignorar é que Kemp Smith apenas se utiliza dessas passagens de maneira ilustrativa (e não como provas da sua argumentação). Na verdade, como temos argumentado, o que leva Kemp Smith a articular tal interpretação são as próprias conclusões alcançadas mediante a prova da dedução objetiva: se apenas podemos ter conhecimento (como Paton reconhece) na medida em que a síntese da imaginação é trazida sob conceitos, como então afirmar que podemos estar conscientes da natureza dessa síntese, previamente ao ato de conceitualização? Para Paton, a interpretação de que a síntese transcendental da imaginação é pré-consciente contradiz a própria argumentação kantiana de que a unidade da consciência implica a autoconsciência, a qual, por sua vez, é inseparável da consciência desse ato transcendental de síntese.

Ora, Kant claramente afirma que a autoconsciência é inseparável da consciência de uma unidade sintética objetiva:

Temos consciência *a priori* da identidade permanente de nós próprios, relativamente a todas as representações que podem pertencer alguma vez ao nosso conhecimento, como duma condição necessária da possibilidade de todas as representações [...]. Este princípio está firmemente estabelecido *a priori* e pode chamar-se o *princípio transcendental da unidade* de todo o diverso das nossas representações (portanto também do diverso da intuição) (CRP, A 116-117, grifo do autor).

Não obstante, absolutamente isso não significa o mesmo que afirmar que se pode ter consciência dos processos sintéticos que originaram tal unidade sintética (sobretudo se tivermos em mente a unidade presente nas noções puras). O máximo que Kant pôde afirmar sobre a síntese *a priori* da imaginação foi o seguinte: “Esta unidade sintética *pressupõe*, contudo, uma síntese, ou *inclui-a*, e *se* a primeira deve ser necessariamente *a priori*, a última deve ser também uma síntese *a priori*” (CRP, A 118, grifos nossos). Ou seja, Kant não afirma, como Paton argumenta, que a

autoconsciência é inseparável da *consciência* de uma síntese *a priori*, mas sim que ela é inseparável da consciência da unidade sintética que perfaz todo o diverso do conhecimento. Foi partindo dessa unidade sintética objetiva que Kant pôde inferir que ela deve pressupor ou incluir uma síntese. Em outros termos, mediante uma argumentação regressiva, Kant parte do condicionado (da unidade sintética do diverso das representações) de modo a determinar a sua condição (a síntese que origina aquela unidade). Assim, se, por um lado, para a possibilidade *a priori* da autoconsciência, deve-se pressupor uma síntese *a priori*, por outro, apenas se pode estar consciente dessa síntese como sendo um pressuposto da experiência unificada. Consequentemente, não se pode determinar, positivamente, de modo estrito, a sua natureza intrínseca (isto é, não se pode estar consciente de sua natureza constitutiva).

Com efeito, Kant nunca poderia ter estabelecido, como ele fez na dedução subjetiva, uma correspondência entre as sínteses empíricas da apreensão, reprodução e reconhecimento e as sínteses transcendentais (porque, embora as primeiras possam ser descritas como ocorrendo no tempo, as últimas não podem). Inclusive, por esse motivo, Kant muitas vezes descreve essa síntese transcendental no singular e não no plural. Isso não significa que concordamos que a dedução subjetiva deva ser descartada: ela nos ajuda, em muito, a compreender o significado do termo “síntese”. É importante sublinharmos também que Kemp Smith apenas considera a gênese da experiência como sendo um problema posto pela dedução subjetiva (e, afinal, a síntese transcendental é descrita nessa parte da argumentação) e não como o problema genuíno de toda a dedução. Com efeito, Kemp Smith não afirma que não podemos ter consciência da natureza da síntese *a priori* porque essa precede, no tempo, o objeto constituído (a unidade sintética) – afinal, se essa síntese fosse imanente na experiência, essa precedência temporal não impediria a sua determinação positiva –, mas sim porque tão somente podemos inferir (regressivamente) a natureza dessa síntese a partir dessa unidade, que é o seu produto. Portanto, não consideramos que a crítica de Paton ponha em xeque a interpretação de Kemp Smith (e a posterior interpretação de Wolff).

À parte dessas controvérsias, Kant é bastante claro em sua atribuição à imaginação produtiva do caráter generativo da experiência unificada. Vejamos como o filósofo conclui a sua explicitação da doutrina da afinidade objetiva dos fenômenos, a qual descansa sob o pressuposto da atividade sintética da imaginação transcendental:

Somos nós próprios que introduzimos, portanto, a ordem e a regularidade nos fenômenos, que chamamos natureza, e que não se poderiam encontrar, se nós, ou a natureza do nosso espírito, não as introduzíssemos *originariamente* (CRP, A 125, grifo nosso).

Assim, são mediante os processos sintéticos transcendentais (ou, mais precisamente, mediante a síntese transcendental, já que não podemos descrever propriamente como se dão as etapas de sua atividade) que nós, originariamente (ou generativamente), introduzimos a ordem e a regularidade no diverso originário da sensibilidade – e, com isso, originamos transcendentemente as unidades das noções de tempo e espaço e dos conceitos puros. Os processos sintéticos transcendentais devidos à imaginação produtiva geram, por assim dizer, a ordem temporal e, por esse motivo,

não podem ser tidos como ocorrendo no tempo – ou seja, estritamente, não poderiam ser descritos da maneira como ocorre na dedução subjetiva. No entanto, caberia sublinhar que não consideramos que Kant empreenda essa descrição por mero desconhecimento. Na verdade, essa é a única maneira possível de se descrever, em nossa linguagem, o complexo processo da síntese transcendental originária.

6 Conclusão: é possível estarmos conscientes da atividade originária da consciência?

Em consequência de sua visão de que a consciência nunca é imediata, mas sim sempre mediada por determinadas condições necessárias, Kant se compromete com a afirmação de que a consciência nunca pode se revelar a si mesma. Ora, uma vez que a consciência apenas revela os seus objetos (entendidos aqui em sentido amplo, como objetos de consciência), mesmo os nossos estados internos, que não são apreendidos espacialmente, só poderão ser conhecidos mediante a mesma determinação objetiva a qual se aplica aos objetos existentes no espaço. Dessa forma, não é possível, estritamente, estarmos conscientes da atividade sintética originária que constitui toda e qualquer forma de consciência. Se a consciência buscasse se conhecer, tal como é, ela o faria, necessariamente, tomando a si mesma por objeto. Entretanto, ao objetivar-se, não estaria mais se conhecendo tal como é, independentemente das formas do pensamento (das formas da sensibilidade, tempo e espaço, e das formas do entendimento, as categorias), mas sim tal como se aparece a si mesma. Ora, não podemos compreender a possibilidade dos processos sintéticos que devem ser postulados de modo a explicar a origem dessas formas de nosso pensamento. Afinal, esses processos sintéticos generativos não podem ser descritos como ocorrendo no tempo, uma vez que eles originam a própria unidade de nossa intuição temporal. Portanto, o que nos parece bastante considerável, à luz da interpretação de Kemp Smith, é que, ainda que Kant sublinhe a importância de se empreender uma análise exaustiva da consciência, acima de tudo, seu ensinamento crítico reconhece que tal tarefa nunca poderá ser inteiramente realizada. Como buscamos mostrar, conforme Kant avança cada vez mais em sua argumentação na dedução, ele alcança conclusões que, se forem desenvolvidas até as últimas consequências, parecem requerer não só um novo vocabulário, mas mesmo um novo direcionamento das questões acerca do modo como se constitui a nossa consciência.

Bibliografia

ALLISON, Henry. *Kant's Transcendental Idealism. An interpretation and defense*. New Haven, Conn.: Yale University Press, 2004.

DESCARTES, René. *Descartes : Discurso do Método; As paixões da alma; Meditações; Objeções e respostas*. Col. Os Pensadores. Trad. J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

GUYER, Paul. *Kant and the claims of knowledge*. Cambridge: Cambridge University, 1987.

_____. The transcendental deduction of the categories. In: GUYER, Paul (org.). *The Cambridge Companion to Kant*. United Kingdom: Cambridge University, 2007.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Trad. Manuela P. Dos Santos e Alexandre F. Morujão. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1994.

_____. *Prolegômenos a toda a Metafísica futura*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2008.

_____. Forma e princípios do mundo sensível e do mundo inteligível. In: KANT, I. *Escritos pré-críticos*. Trad. De Jair Barbosa et. al. São Paulo: UNESP, 2005.

PATON, Herbert James. *Kant's Metaphysics of Experience. A commentary on the first half of the "Kritik der reinen Vernunft"*. 2 vols. London: George Allen & Unwin, 1936.

SMITH, Norman Kemp. *A Commentary to Kant's Critique of Pure Reason*. London: Macmillan, 1918.

_____. Kant's method of composing the Critique of Pure Reason. *The Philosophical Review*, vol. 24, n. 5, Sep. 1915.

VAIHINGER, Hans. Die transcendente Deduktion der Kategorien. In: HAYMS, Rudolf (org.). *Philosophische Abhandlungen dem Andenken Rudolf Hayms: Gewidmet von Freunden und Schülern*. Halle: Max Niemeyer, 1902.

WOLFF, Robert Paul. *Kant's theory of mental activity. A commentary on the Transcendental Analytic of the Critique of Pure Reason*. Gloucester, Mass.: Peter Smith, 1973.

Endereço/ Address

Rômulo Martins Pereira
Rua Aguiar 36, apto. 301 – Tijuca
CEP: 20261-120
Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Data de envio: 19-09-16

Data de aprovação: 04-11-16